

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2009

SERVIÇOS DE OFICINAS DIVERSAS PARA O CAPS.

Processo: 2652/2009

Abertura: 08/05/2009

Horário: 10:00h

Tipo: Menor preço por item

Objeto: Prestação de serviços de oficinas diversas para atividades no CAPS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARA**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal de Taquara, sito a Rua Tristão Monteiro, nº 1278, encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO, nos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, e do Decreto Municipal nº 273, de 09 de junho de 2005, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes da PROPOSTA DE PREÇO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no dia e até a hora acima mencionados, no seguinte local: Sala de Licitações, 3º andar, no Prédio da Prefeitura à Rua Tristão Monteiro, nº 1278.

1- DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a prestação de **SERVIÇOS DE OFICINAS DIVERSAS – PESSOA FÍSICA e/ou JURÍDICA** para atividades junto ao CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial, conforme especificações do Anexo V deste edital. A critério do CAPS os dias e horários propostos poderão sofrer alterações.

2 – DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. Será vedada a participação de empresas:

- 2.1.1.** com falência decretada ou concordatária;
- 2.1.2.** consorciada;
- 2.1.3.** declarada inidônea por qualquer órgão público;
- 2.1.4.** suspensa.

3 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

3.1. Para participação no certame, o licitante deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, além da razão social e endereço completo atualizado:

MUNICÍPIO DE TAQUARA-RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013-2009
ENVELOPE Nº.....
LICITANTE

Sendo:
ENVELOPE Nº 01- PROPOSTA DE PREÇOS
ENVELOPE Nº 02- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4- DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

4.1. O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

4.2. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4.3. O credenciamento será da seguinte forma:

a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b) se representante legal, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública;

OU

b.2) termo de credenciamento (conforme modelo no Anexo II deste edital) outorgados pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Em ambos os casos (b.1 ou b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.

c) se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado.

4.3.1. É obrigatória a apresentação de documento de identidade.

4.4. No caso de Pessoa Física, o próprio deverá comparecer ao Pregão munido de documento de identidade.

4.5. No ato do credenciamento a licitante deverá declarar que atende ao inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002. (conforme modelo Anexo II)

4.6. Caso o contrato social ou estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste

procedimento licitatório.

4.6. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

OBS.: Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, por servidora da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123:

4.6 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens deste edital, deverão apresentar, FORA DOS ENVELOPES, NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO, **declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo em anexo.**

4.6.1 As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, FORA DOS ENVELOPES, NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, conforme modelo em anexo.**

5- DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

5.1. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01- PROPOSTA DE PREÇO e 02- DOCUMENTOS.

5.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

6- PROPOSTA DE PREÇO:

6.1. A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado, datilografadas ou impressas por meio eletrônico, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo datada e assinada pelo representante legal da empresa, e deverá conter:

a) Razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/fax/e-mail (se houver), ou no caso de Pessoa Física, endereço atualizado, CPF, telefone/fax/e-mail (se houver).

b) validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias;

c) Preço: a proposta deverá conter **preço por hora/técnica**, cotado em Reais.

6.1.1. As empresas licitantes deverão deixar em branco ou não descrever os ITENS que não desejarem

cotar. Será desclassificada a proposta que não atender o disposto no artigo 48, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Serão consideradas, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, **duas casas decimais após a vírgula.**

6.2.1. Nos preços propostos deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, frete, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

6.2.2. Os preços propostos serão considerados completos, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

7- DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, DOS LANCES e NEGOCIAÇÃO:

7.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação do vencedor.

7.2. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.3. No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.

7.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 13 - DAS PENALIDADES deste Edital.

7.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.9. Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para o fornecimento, podendo o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes

manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados na Estimativa de Preços, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com preço de mercado e ofertar o menor preço unitário.

7.13. Serão desclassificadas:

a) as propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 6;

b) as propostas que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis.

7.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

7.15. Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

7.16. A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de compras e serviços deste Município, conforme subitem 16.1 deste Edital.

7.17. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

8- DA HABILITAÇÃO:

8.1. Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

8.1.1. NO CASO DE PESSOA FÍSICA:

I. Carteira de identidade, e **CPF**;

II. Certificado de formação/capacitação compatível com o objeto licitado;

III. Prova de inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes (**ALVARÁ AUTÔNOMO**);

IV. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, **INSS**, demonstrando a situação regular relativa aos encargos sociais instituídos por lei.

V. Prova de regularidade com a **FAZENDA MUNICIPAL**, conforme legislação tributária do Município expedidor da SEDE DO AUTÔNOMO.

VI. Modelo de Declaração (cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII da CF) e Declaração de Idoneidade. (conforme Modelo Anexo III)

8.2.1. NO CASO DE EMPRESAS CADASTRADAS NO MUNICÍPIO DE TAQUARA/RS:

I. Certificado de Registro Cadastral, (**CRC**) desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja dentro do prazo de validade.

II. Lista dos prestadores de serviço que compõem a empresa/entidade, bem como sua qualificação para o objeto licitado (certificado de formação/capacitação compatível com o objeto licitado)

III. Modelo de Declaração (cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII da CF) e Declaração de Idoneidade. (conforme Modelo Anexo III)

OBS.: *Caso algum dos documentos obrigatórios exigidos para cadastro (elencados abaixo) esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente ou anexá-la como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação:*

- a)** Certidão de Regularidade, emitida pela Secretaria da Receita Federal, do domicílio da sede da licitante; **e** Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União.
- b)** Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;
- c)** Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;
- d)** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- e)** Certidão Negativa de Débito (CND/INSS) perante a Seguridade Social.
- f)** Certidão Negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.2.2. NO CASO DE EMPRESAS NÃO CADASTRADAS NO MUNICÍPIO DE TAQUARA/RS:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado na Junta Comercial em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

b) Prova de Inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes (ALVARÁ MUNICIPAL), relativo ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- d)** Certidão de Regularidade, emitida pela Secretaria da Receita Federal, do domicílio da sede da licitante; **e** Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União;
- c)** Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;
- d)** Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;
- e)** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- f)** Certidão Negativa de Débito (CND/INSS) perante a Seguridade Social
- g)** BALANÇO Patrimonial e DEMONSTRAÇÕES contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa;
- h)** Certidão Negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- i)** **Lista dos prestadores de serviço** que compõem a empresa/entidade, bem como sua qualificação para o objeto licitado (certificado de formação/capacitação compatível com o objeto licitado).
- j)** Modelo de Declaração (cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII da CF) e Declaração de Idoneidade. (conforme Modelo Anexo III)

9.2. O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

9- DA ADJUDICAÇÃO

9.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o(s) item(ns) objeto do certame.

9.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03(três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

10- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

10.1. Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ele o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

10.2. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4. As razões e contra-razões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

10.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

11- DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

11.1. A vencedora deverá assinar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da convocação feita pelo Município.

11.1.1. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

12- DO PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado de acordo com o preço apresentado na proposta, mensalmente, até o 12º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Recibo ou RPA (Recibo de Profissional Autônomo) e o visto do fiscal do contrato.

12.2. A Nota Fiscal emitida pelo licitante deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Pregão e da Nota de Empenho, a fim de se acelerar o trâmite e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

13- DAS PENALIDADES:

13.1. A recusa pelo licitante em assinar o Contrato, acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

13.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para o início do serviço, acarretará a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

13.3. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos

de:

- a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- d) não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- e) comportamento inidôneo;
- f) cometimento de fraude fiscal;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) falhar na execução do contrato.

13.4. Na aplicação das penalidades prevista no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

13.5. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

13.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. A despesa decorrente desta licitação onerará da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2044 – Manutenção do Programa de Saúde Mental

3.3.9.0.36.06.00.00.00 – Serviços técnicos profissionais

3.3.9.0.39.06.00.00.00 – Serviços técnicos profissionais

0040 - ASPS

16- DAS DIPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Taquara, Setor de Compras e Serviços, sito na Rua Tristão Monteiro, 1278, 3º andar, ou pelo telefone 51.541.9200 e fax 51.541.9249, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

16.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Compras e Serviços.

16.3. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados.

16.4. Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou por servidora da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação e estarão sujeitos a verificação de sua

autenticidade.

16.5. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

16.6. A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei nº 8.666/93).

16.7. São anexos deste edital:

ANEXO I – Modelo de Credenciamento

ANEXO II – Modelo de Declaração em atendimento ao inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002

ANEXO III – Modelo de Declaração (cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII da CF) e Declaração de Idoneidade.

ANEXO IV – Declaração de Enquadramento

ANEXO V – Formulário padrão para preenchimento da proposta

ANEXO VIII – Minuta de Contrato

16.9. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Taquara, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Taquara, 24 de abril de 2.009.

Décio Hugentobler
Prefeito Municipal

ANEXO I

CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr(a). _____,
portador(a) da Cédula de Identidade com RG nº. _____, a participar da
Licitação instaurada pelo Município de Taquara/RS, na modalidade de **Pregão Presencial nº 013/2009**,
na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da
empresa _____, CNPJ/MF nº _____,
bem como formular propostas e praticar todos os atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ de 2009.

Nome do dirigente da licitante
Assinatura do dirigente da licitante
(firma reconhecida)

ANEXO I I

DECLARAÇÃO

Ao Pregoeiro,

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520 de 17.07.2002, declaramos que a empresa _____ CNPJ/CPF nº _____, cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no **Pregão Presencial nº 013/2009.**

_____, em _____ de _____ de 2009.

Nome do dirigente da licitante
Assinatura do dirigente da licitante

ANEXO I I I

DECLARAÇÕES

Ao Pregoeiro,

Ref. Ao Pregão Presencial nº 013/2009

A empresa (NOME),

DECLARA para os devidos fins, nunca ter sido declara INIDÔNEA para licitar e celebrar contratos com a administração pública, e que está de acordo com as exigências do presente Edital;

DECLARA também, sob as penalidades da lei, que não existe fato superveniente impeditivo contra sua habilitação, assim como se obriga a declarar a ocorrência de fatos futuros;

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988;

DECLARA que está plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições do presente Edital;

_____, em _____ de _____ de 2009.

Nome do dirigente da licitante
Assinatura do dirigente da licitante

ANEXO I V

Declaração de Enquadramento

(nome do contador) _____, inscrito no CRC sob nº _____, declara sob as penas da lei que a empresa _____, para a qual presta serviços de contabilidade, é optante do **SIMPLES NACIONAL**, e encontra-se enquadrada na faixa de faturamento de até _____.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2009.

Nome Completo e Assinatura do Contador da licitante

ANEXO V

**FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA REFERENTE AO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2009**

RAZÃO SOCIAL/NOME COMPLETO P.F.: _____

CNPJ/CPF/MF: _____

FONE/FAX: _____ **e-mail:** _____

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO HORA/TÉCNICA
------	--------	----------------------	-----------------------

OFICINA DE CRIATIVIDADE			
--------------------------------	--	--	--

1	15h técnicas/semanais	<p>Objetivo: Promover atividades manuais e recreativas para cada participante conforme a capacidade e habilidade de cada um estimulando suas potencialidades.</p> <p>Nº Máximo de participantes por grupo: 09</p> <p>Local: CAPS de Taquara, Rua Janira da Silva Rangel, nº 1111 – Bairro Santa Terezinha.</p> <p>Horário: 8:30h as 11:30h de segunda a sexta-feira</p> <p>Qualificação Profissional: Artesão Credenciado, com formação na área educacional de 2º ou 3º grau, com experiência comprovada em atendimento a pessoas portadoras de deficiência ou sofrimento psíquico de no mínimo dois anos.</p> <p>OBS.: As oficinas serão supervisionadas pela equipe técnica do CAPS, que determina quais pacientes terão indicação terapêutica para participação nesta oficina, e qual o período de permanência da mesma.</p> <p>Fica também obrigada a participação do oficineiro nas reuniões de equipe sempre que for solicitado, para dar informações pertinentes ao desenvolvimento dos pacientes nas atividades por ele desenvolvidas.</p> <p>Os materiais necessários ao desenvolvimento das oficinas são de responsabilidade do contratante e deverão ser solicitadas com trinta dias de antecedência.</p>	R\$
---	--------------------------	--	-----------

OFICINA DE CROCHÊ			
2	6h e 30min técnicas/semanais	<p>Objetivo: Ensinar e/ou orientar usuárias(os) do CAPS a desenvolver atividade manual do tipo CROCHÊ conforme a capacidade e potencial de cada um.</p> <p>Nº de pacientes por grupo: 03</p> <p>Local: Todos os grupos ocorrerão nas dependências do CAPS, sito a Rua Janira da Silva Rangel, nº 1111 - Bairro Santa Teresinha.</p> <p>Horário 1º grupo: 08:00h as 11:00h – segunda-feira</p> <p>Horário 2º grupo: 13:00h as 14:30h – segunda-feira</p> <p>Horário 3º grupo: 14:45h as 16:45h – segunda-feira</p> <p>Qualificação Profissional: Artesão cadastrado, com habilidade comprovada e experiência anterior de no mínimo dois anos em atendimento a portadores de deficiência ou sofrimento psíquico.</p> <p>Observações: A oficina será supervisionada pela equipe técnica do CAPS, cujo ingresso e permanência de participantes fica a critério da avaliação da mesma levando em consideração o retorno dado pelo oficineiro quanto à aderência do usuário as atividades propostas. O material utilizado no desenvolvimento das atividades é de responsabilidade do contratante, desde que solicitado com trinta dias de antecedência.</p> <p>Os produtos da oficina, feitos com material fornecido pelo contratante, permanecem no CAPS e seu destino é gerenciado pela AFAPS.</p>	R\$
OFICINA DE PINTURA EM TELA			
3	3h técnicas/semanais	<p>Objetivo: Desenvolver oficina de pintura em tela para usuários do CAPS estimulando a criatividade e a habilidade conforme o potencial, respeitando as singularidades.</p> <p>Nº de participantes por grupo: até 08 participantes.</p> <p>Nº de grupos: 01</p> <p>Horário: 08:00h as 11:00h – quarta-feira</p> <p>Local: CAPS de Taquara, Rua Janira da Silva Rangel, nº 1111 – Bairro Santa Teresinha.</p> <p>Qualificação Profissional: Artesão cadastrado com formação em Artes Plásticas de nível superior e experiência anterior de no mínimo dois anos em oficinas dirigidas a portadores de deficiência ou sofrimento psíquico.</p> <p>Observações: A oficina será supervisionada pela equipe técnica do CAPS, cujo ingresso e permanência de participantes fica a critério da avaliação da mesma levando em consideração o retorno dado pelo oficineiro quanto a aderência do usuário as atividades propostas. O material utilizado no desenvolvimento das atividades, é de responsabilidade do contratante, desde que solicitado com trinta dias de antecedência.</p> <p>Os produtos da oficina, feitos com material fornecido pelo contratante, permanecem no CAPS e seu destino é gerenciado pela AFAPS.</p>	R\$

OFICINA DE MÚSICA			
4	1h e 30min técnicas/semanais	<p>Objetivo: Buscar a ressocialização do portador de sofrimento psíquico, através da música desenvolvendo a auto-estima e estimulando as suas potencialidades.</p> <p>Atividades a serem desenvolvidas: Aulas de canto coral Aulas de flauta doce Aulas de expressividade e percepção sonora</p> <p>Nº de participantes: Livre conforme aderência, nas aulas de canto coral, e até 12 (doze) participantes nas demais atividades.</p> <p>Horário: 09:00h as 10:30h – quinta-feira</p> <p>Qualificação profissional: Músico formado, de nível médio (técnico em música) ou superior. Experiência anterior no desenvolvimento de oficina deste tipo com portadores de deficiência ou sofrimento psíquico.</p> <p>Observação: As oficinas serão supervisionadas pela equipe do CAPS, no que se refere a indicação dos participantes da oficina bem como do período de permanência dos usuários na mesma. O material necessário ao desenvolvimento da oficina é responsabilidade da contratante.</p>	R\$

VALIDADE DA PROPOSTA:

LOCAL E DATA:

Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa

ANEXO V I

MINUTA DE CONTRATO

Processo número: 2652/2009
Interessado: Secretaria Municipal de Saúde - CAPS
Assunto: Prestação de serviços de oficinas diversas
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 013/2009
Regime de execução: Empreitada por preço por hora/técnica

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE TAQUARA – RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n.º 97.761.407/0001-73, com sede nesta cidade de Taquara, na rua Tristão Monteiro, nº 1278, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **Sr. Délcio Hugentobler**, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, CRC/RS nº 39.847, CPF nº 242.054.600-82, residente e domiciliado nesta cidade, na rua General Osório nº 3636.

CONTRATADO (A):

Por este instrumento particular, as partes retro-mencionadas e qualificadas, têm entre si justo e firmado o presente Contrato, constante das seguintes cláusulas, nos termos e condições a seguir definidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO e FORMA DE EXECUÇÃO e FISCALIZAÇÃO :

- 1.1. Prestação de serviços de oficinas diversas para atividades da Secretaria Municipal de Saúde – CAPS. A critério do CAPS os dias e horários propostos poderão sofrer alterações.
- 1.2. A execução do serviço será fiscalizada pelos fiscais de contrato da Secretaria requisitante Sr(a) _____, o qual deverá dispor de amplo acesso às informações e serviços que julgar necessário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO e REAJUSTE :

- 2.1. O valor desta contratação importa em **R\$ 0,00 (reais) a hora/técnica**.
- 2.2. O pagamento será efetuado de acordo com o preço apresentado na proposta, mensalmente, até o 12º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Recibo ou RPA (Recibo de Profissional Autônomo) e o visto fiscal do contrato.
- 2.3. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere à Contratante, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 71, parágrafo 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 2.4. Os valores das propostas não sofrerão qualquer reajuste, durante o 1º ano de vigência, podendo ser reajustado após este período pelo índice acumulado do IGP-M/FGV.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS – VIGÊNCIA:

- 3.1. O prazo de execução do serviço contratado será de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado pelas partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS :

4.1. O preço ajustado, no caso de contratação de serviços inclui, além destes, todos e quaisquer encargos trabalhistas e previdenciários, assumindo o (a) CONTRATADO (A) a mais ampla responsabilidade no que concerne a mão de obra, inclusive Seguro de Acidente de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A):

5.1. Assegurar a perfeita execução do serviço para o qual foi contratado, nos termos da Cláusula Primeira;
5.2. Permitir e facilitar ao fiscal de contrato a verificação do local do serviço, em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados;
5.3. Participar à Secretaria a ocorrência de qualquer fato ou situação que possa impedir, em parte ou no todo, a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO:

6.1. O Contratado reconhece o direito da Administração de rescindir unilateralmente o contrato, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas, com base no Art. 77, da Lei Federal nº 8.666/93. Poderá também ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, mediante notificação à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal nº8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente. Da Rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES POR DANOS :

7.1. O (A) CONTRATADO (A) assume integral responsabilidade por danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da execução do serviço, ora contratado, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruição.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. A despesa decorrente da execução do presente Contrato onerará da seguinte Dotação Orçamentária:
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2044 – Manutenção do Programa de Saúde Mental
3.3.9.0.36.06.00.00.00 – Serviços técnicos profissionais
3.3.9.0.39.06.00.00.00 – Serviços técnicos profissionais
0040 - ASPS

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

9.1. A recusa pelo licitante em assinar o Contrato, acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.
9.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para o início do serviço, acarretará a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.
9.3. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos

de:

- i) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- j) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- k) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- l) não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- m) comportamento inidôneo;
- n) cometimento de fraude fiscal;
- o) fraudar a execução do contrato;
- p) falhar na execução do contrato.

9.4. Na aplicação das penalidades prevista no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

9.5. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

9.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

10.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Taquara, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais provenientes do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REGÊNCIA:

11.1 O presente Contrato reger-se-á pelas normas estabelecidas na Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Taquara, ____ de _____ de 2.009.

PROCOLO DE RECEBIMENTO DE EDITAL E ANEXOS

Para fins de controle de recebimento deste Edital, este protocolo de recebimento deverá ser preenchido, assinado e carimbado pela empresa, e entregue à Divisão de Abastecimento da Prefeitura Municipal, pelo fone fax (51) 541-9249, ou pelo e-mail compras@taquara.com.br, sendo neste caso, sem assinatura e carimbo.

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2009

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINAS DIVERSAS PARA ATIVIDADES NO CAPS.

Data de retirada: ____/____/ 2009

EMPRESA: _____

CNPJ : _____

E-MAIL: _____

FONE : _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA